



ccy  
Maf

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 1/2022

### Sessão Ordinária de 07 de fevereiro de 2022

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e seis minutos, no Cine-Teatro Louletano, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:

#### Lista de Presenças:

**22 Deputados Municipais do PS-** Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Joana Guerreiro da Conceição (1.<sup>a</sup> secretária), Fernando Pereira Marques (2<sup>o</sup> secretário), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, José João Magalhães David (em substituição de Vitor Cristiano da Piedade Ferreira), Pedro de Moraes Lobo Martins Julião, Elisabeta Ecaterina Necker, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Fábio Miguel Cortes Nobre (em substituição de José Miguel Almeida Monteiro), Maria João Carapeto Tavares, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Núria Inês Rey Machado, João Pedro Medeira Cabrita, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alto), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);

**8 Deputados Municipais do PSD-** Eleutério João Pedro Rocheta, João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Cláudia Isabel Martins Mendes, João José Paixão Carvalho Ferreira, Deodato Martins João (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Manuel Fernandes Gaspar (em substituição do Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);

**2 Deputadas Municipais do Partido Chega-** Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro e Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;

1 Deputado Municipal do CDS- Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota);

1 Deputada Municipal da CDU- Carla Sofia Osório Gomes;

1 Deputada Municipal do PAN- Ana Luisa Poeta Simões;

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, e os Vereadores, Ana Machado, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, Cláudio Lima (em substituição de Rui Cristina), João Paulo Sousa e Fernando Santos.

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos:

**1- Intervenção do Público;**

**2- Período de Antes da Ordem do Dia;**

**Aprovação de Atas**

**3-Período da Ordem do Dia:**

a)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

b)- Proposta da Câmara Municipal n.º 1213-2021- Deliberação relativa à Retificação da Proposta n.º 756-2021 – Aprovar o Relatório Final do Plano Municipal de Ação Climática de Loulé, nos termos do artigo 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

c)- Proposta da Câmara Municipal n.º 191-2022- Deliberação relativa à 1ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 1ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 1ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

- d)- Proposta da Câmara Municipal n.º 220-2022- Deliberação relativa à Proposta para que a Camara Municipal de Loulé se constitua sócia da Sociedade Histórica da Independência de Portugal;
- e)- Proposta da Câmara Municipal n.º 2060-2021- Informação relativa à Proposta de Prorrogação do Prazo de vigência do Estabelecimento de Medidas Preventivas (Quarteira - Mercado da fruta), no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé e Proposta da Câmara Municipal n.º 228-2022- Deliberação relativa à Proposta de Prorrogação do Prazo de vigência do Estabelecimento de Medidas Preventivas (Quarteira – Mercado da Fruta), no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé;
- f)- Proposta da Câmara Municipal n.º 57-2022- Informação relativa à Proposta de Prorrogação do Prazo de vigência do Estabelecimento de Medidas Preventivas (Quarteira nascente), no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé;
- g)- Proposta da Câmara Municipal n.º 158-2022- Informação relativa ao Estabelecimento de Medidas Preventivas e suspensão do PDM (Matos da Picota), no âmbito do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé;

---

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos.

Começou por cumprimentar todos os presentes e aos que acompanham por via digital. Expressou o seu reconhecimento a todos os cidadãos e a todos os partidos que participaram no último ato eleitoral, pela forma como ele decorreu, quer na campanha, quer no dia das eleições. Salientou que o civismo, é sinal de democracia e sublinhou positivamente a diminuição dos valores da abstenção.

---

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:

---

### 1- Intervenção do Público;

---

Foi dada a palavra ao **cidadão Miguel Baguinho Coelho**, referindo que gostaria de ser esclarecido sobre algumas questões que se impõem, relativamente à AMAP (Associação de moradores e amigos da Picota de Loulé) e ao processo do Centro de Triagem de Resíduos dos Matos da Picota. Questionou o Presidente da CML se o processo realmente já foi enviado para a CCDR, uma vez que no dia 3, o expediente ainda não tinham recebido o mesmo. Solicitou ao Executivo se tem conhecimento de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

D  
c  
M  
as  
um prolongamento de licenciamento para as instalações que neste momento estão a executar em Boliqueime, uma vez que já estão a pensar numa segunda via de trabalho, porque no que tramita no Processo da CML, na memória descritiva, foi relatada uma série de problemas qua a empresa alega e assume e com base nos mesmos pretende sair daquela localização. Crê que é o momento oportuno de referir que não considera justo que refiram "aproveitamento político", de todo o movimento cívico que foi criado em torno desta situação. A Associação foi constituída por pessoas transversais a todas as cores políticas, nomeadamente, o Dr. Carlos Albino, o Prof Adriano Pimpão, a Dra. Joana Conceição, todas as forças políticas trabalharam em convergência nesta situação. A situação foi transmitida à população, apenas quando tínhamos a certeza de que o processo estava a transitar dentro da Câmara Municipal. Não houve aproveitamento político em momento algum. Neste momento o processo está devidamente encaminhado, apesar de haver alguns procedimentos legais, para que seja publicado em Diário da República. O processo está há mais de um ano a tramitar dentro da Câmara e o senhor Presidente não ter conhecimento do mesmo, está na altura de solicitarmos ao Executivo, que implemente procedimentos internos para neste tipo de casos. O Presidente tem que obrigatoriamente ser informado pelos técnicos que recebem estes processos. Disse ainda que tinha para entregar na mesa um conjunto de 200 assinaturas que irão complementar o abaixo-assinado que já completou mais de 2000 assinaturas.

---

Foi dada a palavra ao **cidadão Eurico Antunes**, que referiu ter lido com atenção os programas eleitorais dos vários partidos que concorreram a estas eleições, nomeadamente 7 compromissos para o Algarve do GM do PS, tendo ficado contente por finalmente o Algarve ir ter o Hospital Central, se já se sabe onde será implementado porque da parte de ambos os Deputados, PS e PSD, formularam tal desejo nos seus programas eleitorais. Disse ser importante, sendo um Hospital Central, a demografia também será importante neste caso e questionou se o estudo já está feito, se demográfica e geograficamente já existe localização e quando será o lançamento da primeira pedra.

---

Teceu ainda algumas considerações sobre as portagens na Via do Infante, que deveriam acabar. Terminou a sua intervenção dizendo que o Algarve deveria ter já a região administrativa do Algarve, e interrogou +porque não implementar já a regionalização?

---

Foi dada a palavra ao **cidadão Tiago Jacinto**, que referiu que o que o trouxe aqui hoje, foi o facto de ter visitado há uns dias o Parque das Cidades, o Parque de Lazer projetado e iniciado, tendo ficado desolado com o estado do mesmo, uma vez que se encontra completamente ao abandono e completamente degradado e quase destruído. É uma pena que assim esteja, porque é um espaço de lazer para a comunidade, nomeadamente para os louletanos e os concelhos aqui à volta, e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aquele espaço neste momento não oferece as mínimas condições. Teve oportunidade de tirar algumas fotografias que pode fazer chegar à mesa da Assembleia. Questionou sobre o que poderá a Câmara fazer nesta situação. Abordou também a questão dos transportes públicos, tendo ficado satisfeito com a extensão do mini bus à vila de Almancil, mas tendo algumas insuficiências nomeadamente à ligação à estação de Loulé, fazendo ligação apenas ao Alfa-Pendular deixando de fora todas as outras ligações.

---

Para responder às questões colocadas, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que começou por responder ao cidadão Miguel Baguinho, disse ter conhecimento de um pedido feito pela empresa que atualmente utiliza o espaço junto à estação ferroviária de Boliqueime, que pretende melhorar as suas condições de trabalho. Esta Assembleia Municipal, por unanimidade, no outro mandato, aprovou a localização daquela atividade naquele local, ao abrigo de um artigo especial criado pelo Governo, exatamente para regularizar atividades económicas que se desenvolviam em espaços que de acordo com o PDM, não tinham vocação para tal, não vendo aí qualquer problema. Disse ainda que este Executivo em tão pouco tempo depois de ouvidas as populações, aprovou Medidas Preventivas para aquele local dos Matos da Picota/Ladeira dos Matos, feita em tempo recorde, sempre respondendo a todas a questões.

Disse confirmar que no dia seguinte à aprovação das Medidas Preventivas, seguiu um ofício para a CCDR a dar conta disso.

Dirigiu-se ao cidadão Eurico Antunes, referiu que o Hospital Central do Algarve, que é um desejo de todos os algarvios. O Algarve merecia já há muito tempo ter um equipamento central apetrechado para prestar serviços de saúde dentro do Serviço Nacional de Saúde. Mais disse que em todos os momentos em que esse assunto é tratado, o Presidente da Câmara lá está na linha da frente a protestar e a reivindicar. A localização do mesmo foi pensada há muitos anos, e neste momento há unanimidade entre todos os autarcas que se pronunciam a favor da mesma no Parque das Cidades.

Sobre a questão das Portagens na Via do Infante, disse a mesma já ter tido 3 reduções, e pode ser que consigamos reduzir até ao zero e quanto mais depressa melhor.

No que respeita à regionalização a mesma está nos horizontes e que muito beneficiaria a região do Algarve, porque é imperativa e devemos conseguirla, para que o Algarve ganhe mais autonomia e mais poder, para defender os legítimos interesses da região do Algarve. A regionalização está projetada e ela vai acontecer, porque se trata de uma questão de defender a nossa região com outras condições e com mais poder.

Respondendo ao cidadão Tiago Jacinto, sobre o Parque de Lazer no Parque das Cidades, disse que iria averiguar essa situação, que é uma matéria que é gerida



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

*[Handwritten signature]*  
pela Associação Intermunicipal Loulé/Faro, para fazer no local as melhorias que se impõem.

Sobre a questão dos transportes públicos em Almancil, disse que irá corrigir aquilo que houver a corrigir, sendo a ideia trazer cada vez mais pessoas no nosso concelho a utilizarem os transportes públicos, esse é o grande objetivo, porque o futuro passa por as pessoas utilizarem os transportes públicos.

Passou-se ao ponto seguinte;

2- Período de Antes da Ordem do Dia;

A 1<sup>a</sup> secretária, Joana Conceição, procedeu à chamada dos Deputados Municipais, estando presentes os 36.

O Presidente da Assembleia, deu conhecimento que o Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, tem mais um elemento na equipa de trabalho, Sandro Soutilha, para reforçar os serviços. Informou também que se começou a fazer a transição para a informação completa das várias vertentes administrativo/burocráticas da Assembleia e será um processo gradual, mantendo para já ambas as formas neste processo inicial. Quando se verificar que todos estão preparados para se fazer tudo na vertente digital, assim passaremos para a difusão da informação.

Disse ainda que desde já faria aqui um voto de louvor à funcionária Cristina Costa, que durante todo este tempo, tem aguentado sozinha todo o trabalho administrativo/burocrático e é mais justo relevar nesta sessão o seu trabalho e a sua dedicação, o que oportunamente será feito por escrito.

Disse ainda não haver informação sobre expediente recebido, nem pedidos de esclarecimento nem de informação.

Aprovação de Atas;

O Presidente da Assembleia, disse terem sido distribuídas as Atas n.º 2 e n.º 3, e como não havendo sugestões/alterações às mesmas, iriam ser colocadas à votação. A Ata n.º 2-2021- sessão extraordinária 3 dezembro 2021s e a Ata n.º 3-2021- sessão extraordinária 10 dezembro 2021, na sua versão final, foram ambas aprovadas por unanimidade.

Passou-se ao ponto seguinte;

O Presidente da Assembleia, disse terem sido recebidos um conjunto de Votos de Saudação e Congratulação do PS e do PSD, não tendo os mesmo sido enviados



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

com os 2 dias úteis a que esta Assembleia tem habituado os senhores Deputados e disse estar na disposição, desde que um único Deputado, levante a questão do tempo não ter sido suficiente, de não as submeter à discussão nesta sessão e guardá-las para a sessão seguinte. Informou que em sede de Comissão Permanente, irá ser discutido e questionado este procedimento dos 2 dias úteis de antecedência, porque no artigo 67.º, os 2 dias úteis no envio das documentações ele refere-se exclusivamente a Moções, nada dizendo sobre Votos e se nada diz, nada impede que os mesmos sejam enviados com menos tempo de antecedência. Colocou de imediato à votação se alguém se opõe a que estes Votos de Congratulação apresentados sejam votados nesta sessão. Posta à votação, ninguém se opôs, passa-se à apresentação dos mesmos, não respeitando a ordem de entrada na Assembleia, mas respeitando a ordem de entrada da última versão atualizada dos mesmos.

---

**Voto de Congratulação do PS “Resultado das Eleições Legislativas” (n.1);**  
A leitura do documento foi feita pelo Deputado Pedro Julião (PS) (documento será anexo à Ata).

---

O Deputado **Carlos Martins (BE)**, disse que aproveitava para salientar, a forma cívica como correu o ato eleitoral, e o aumento da participação, reduzindo a abstenção. Nestas eleições legislativas o BE reconhece que sofreu uma derrota, não tendo sabido passar a mensagem aos eleitores. Aproveitou para dar os parabéns à vitória alcançada, assim como a todos os eleitos pelo Algarve, muito em particular aos estimados louletanos, a Deputada Jamila Madeira e o Deputado Rui Cristina, desejando a todos que lutem pela nossa região e exijam ao Governo o cumprimento das promessas e a resolução dos problemas que afetam esta região, no domínio a saúde, com a construção do Hospital Central e criação de incentivos, para a fixação de médicos e enfermeiros, na melhoria da ferrovia e do melhoramento da EN 125, na redução e extinção das portagens na Via do Infante, na mobilidade urbana, na construção de infraestruturas para resolver o problema da falta de água, apostando na reutilização de água, transvases do Rio Guadiana de águas residuais e apoios aos municípios para resolver os problemas habitacionais habitacionais. Sobre este Voto de Congratulação, parece ser uma declaração política de apoio ao partido e ao seu Líder António Costa, aproveitando para falar das eleições autárquicas de uma forma que o BE não entende, existindo mesmo um parágrafo. O povo português tem má memória do Governo de maioria absoluta, quer sejam do PSD ou do PS. Deseja respeito pela oposição e o BE irá lutar no parlamento e fora dele.

---



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

**Passou-se à votação:**

Foi aprovado por maioria, com 21 votos a favor (PS), 3 abstenções (2 PSD, Deodato João, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir e Manuel Fernandes Gaspar, em substituição da Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim e 1 CDU) e 11 votos contra (6 PSD, Eleutério Rocheta, João Carlos Santos, Bárbara Correia, Márcio Rodrigues, Cláudia Mendes e João Ferreira, 1 CDS, Isilda Guerreiro em substituição de António Farrajota, 2 CHEGA, Sandra Castro e Sandra Ribeiro, 1 BE, Carlos Martins e 1 PAN, Ana Poeta Simões).-

**Passou-se ao ponto seguinte:**

**Voto de Saudação do PSD “34.º Aniversário da Elevação de Loulé a Cidade” (n.2);**

A leitura do documento foi feita pela Deputada Bárbara Correia (PSD) (documento será anexo à Ata).

A Deputada Carla Gomes (CDU), na sua intervenção referiu que este Voto deixa-a um pouco confusa, porque o que entende na maioria da redação do mesmo, é que se trata de uma Declaração política do PSD e de louvor ao Dr. Mendes Bota. A própria característica e o desenvolvimento de Loulé, fariam com que ela fosse elevada a cidade.

O Deputado Carlos Costa (PS), referiu que em relação a este Voto de Saudação do PSD, o PS, não pode deixar de o acompanhar, mas em relação ao mesmo, tem de dizer que o Deputado Mendes Bota, foi o relator do processo, mas ele foi acompanhado por um conjunto de Deputados algarvios neste sentido. Esta Saudação, propriamente dita, põe em ênfase esta questão e não regista o trabalho de equipa que foi feito no Parlamento sobre esta matéria. O PS irá votar favoravelmente este Voto de Saudação, mas com a ressalva de que houve um trabalho de equipa.

Pedi para intervir a Deputada Ana Poeta (PAN), que relativamente a este Voto, tinha uma sugestão nomeadamente a retirada de 2 ou 3 palavras, quando referem que as comemorações deste 34.º Aniversário, também ficaram marcadas pela reconciliação e reconhecimento dos antigos adversários políticos, disse não ficar muito bem, porque destoa um pouco da mensagem e a sua sugestão vai no sentido de retirar este bocado de texto.

O Deputado João Carlos Santos (PSD), referiu que relativamente ao comentário da Deputada Carla Gomes, realmente uma declaração política do PSD, se não se pode



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

constatar a história, os acontecimentos, a verdade factual por aquilo que ela é, de que outra maneira o poderemos fazer?-----

Em relação à Deputada Ana Poeta (PAN), referiu que por vicissitudes laborais, não lhe foi possível estar presente na justa homenagem feita ao Prof. Joaquim Vairinhos, mas posteriormente esteve a ver o vídeo, dando a sensação de ter um momento de elevação e achou comovente com antigos opositores políticos e foi nesse sentido que se mencionou na Moção essa parte. Não entende o motivo de ver a necessidade de retirar essas palavras da Moção.-----

O Deputado **Carlos Martins (BE)**, começou a sua intervenção, dizendo que Loulé, sempre foi uma “grande vila” e infelizmente não é uma grande cidade. A vila de Loulé, em 1987, estava praticamente quase “parada”, pouco ou nada quase avançou, porque as grandes alterações que foram feitas em Loulé, foi a partir dessa data. Este é um dos Votos de Saudação, que são dispensáveis de serem introduzidos no Relatório da Atividade Municipal. -----

Acompanha a votação desta Moção, mas é daquelas que não atrasa nem adianta, ficando para a memória que foi votada nesta Assembleia.-----

**Passou-se à votação;**-----

**Foi aprovado por maioria**, com 34 votos a favor (22 PS, 8 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS e 1 BE) e 2 abstenções (1 CDU e 1 PAN).-----

**Passou-se ao ponto seguinte;**-----

**Voto de Congratulação do PS “Homenagem a Joaquim Vairinhos” (n.3);**-----  
A leitura do documento foi feita pelo Deputado Abel Matinhos (PS) (documento será anexo à Ata).-----

Usou da palavra o Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse “Justa homenagem do município de Loulé, ao cidadão Joaquim Vairinhos”, realizada no dia do 34º aniversário da elevação da vila de Loulé a cidade, com a qual o BE está inteiramente de acordo. O legado de Joaquim Vairinhos como político, deixou muito mais do que aquilo salientado no texto desta proposta. Foi inovador, gerou consensos, criou uma entidade forte das Terras de Loulé tendo um protagonismo respeitável. Como autarca, soube exigir, marcar a diferença e deixar a sua marca, no diálogo construtivo com o Governo, nomeadamente com o traçado da Via do Infante, com 3 nós no concelho, no Calçadão de Quarteira, Tribunal e Centro de Saúde de Loulé, na Habitação, Cultura, Desporto e Educação. Porto de Pescas e reabilitação do Bairro dos Pescadores em Quarteira, estrada de Salir, ligação a Almancil e no PDM, como estratégia de planeamento e que ainda muito está por fazer. O campo de Tiro,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

o Aeródromo e Velódromo e o prolongamento do Calçadão de Vilamoura.

**Passou-se à votação;**

**Foi aprovado por unanimidade.**

Pelo **Presidente da Assembleia**, a Moção seguinte, foi colocada à consideração dos senhores Deputados, se deve ser aceite ou não, uma vez que se trata de uma Moção, que embora tenha sido entregue à Mesa, com mais de 2 dias úteis de antecedência não foi distribuída aos senhores Deputados.

A Deputada **Carla Gomes (CDU)**, referiu que relativamente às Moções, se deve ter em atenção e respeitar os tempos, não tem nada contra a entrada da mesma, mas deve-se ter os tempos em atenção, uma vez que a própria bancada da CDU, uma vez apresentou uma Moção fora do tempo regimental, não tendo a mesma sido aceite.

Foi explicado pelo **Presidente da Assembleia**, que a Moção chegou atempadamente aos serviços, não tendo estes enviado a Moção atempadamente, não tendo sido problema do Grupo Municipal mas sim dos serviços.

O Deputado **Carlos Costa (PS)**, relativamente a esta Moção, disse tratar-se de uma matéria que o GM do PS, não entende ser de Atualidade e Urgência, podendo a mesma transitar para uma outra sessão.

O **Presidente da Assembleia**, disse que irá colocar a admissão desta Moção à consideração dos presentes, porque se houver um Deputado que seja contra, ela não será discutida e mais uma vez referiu que foi por lapso dos serviços, que estão cheios de trabalho, a mesma não foi enviada.

O Deputado **Carlos Martins (BE)**, é da opinião que se deveria admiti-la, dado que está justificado pela mesa o seu envio tardio, e se o GM do PSD a enviou a tempo não deveria ser penalizado por um lapso dos serviços da AML.

Passou-se à votação da aceitação desta Moção para discussão, tendo sido a admissão aprovada por unanimidade.

**Moção do PSD “Pela salvaguarda, conservação, memória e classificação do Estaleiro Naval do Mestre Casinhas” (n.4)**



*Conselho  
D. Mário*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A leitura do documento foi feita pelo Deputado João Carlos Santos (PSD) (documento será anexo à Ata). -----

O Deputado Carlos Costa (PS), referiu que esta Moção representa uma justa memória ao Mestre Casinhas, pela arte que desenvolveu na arte de construção dos barcos. Em tempos a Câmara Municipal adquiriu o Estaleiro, é propriedade do município, parte ou total daquela área e as propostas que são feitas aqui têm uma sequência de recomendações à Câmara Municipal e o Grupo Municipal do PS não vê inconveniente nenhum nesta Proposta, dar seguimento á artes naquela área em Quarteira. -----

O Presidente da Assembleia, mencionou que, tanto quanto se tanto percebeu, o Deputado, fez uma proposta concreta, no sentido de que na pág.3, onde está “propõe a Assembleia Municipal de Loulé” passe a constar “recomende à Câmara Municipal, a prossecução dos seguintes passos, que esta Moção apresenta...” disse que não é assunto da Assembleia Municipal e que seria uma recomendação à Câmara e questionou se seria uma proposta concreta ao PSD? -----

Foi dada a palavra ao Deputado Carlos Costa (PS), que disse que aqui o preâmbulo entre os pontos que são propostos pelo PSD, neste caso sugeria, que a Assembleia Municipal, recomendasse à Câmara, uma sequência do proposto, destas 3 iniciativas. -----

Referiu o Deputado Carlos Martins (BE), que em relação a esta Moção, para a memória do Mestre Casinha, trata-se de um texto muito bem elaborado, sobre a história e a memória das gentes de Quarteira e a sua ligação ao mar, no entanto importa aclarar melhor os objetivos da proposta e a forma como ela se compatibiliza com o projeto para a criação do Museu do Mar, e com toda esta frente de mar que importa reabilitar e colocar a disposição dos cidadãos. -----

No último parágrafo, é proposta a seguinte alteração; “Propõe a Assembleia Municipal de Loulé, recomendar à Câmara...” -----

Julga que a questão da homenagem ao município Mestre Casinha, pouco interferirá no contexto geral da Proposta, porque se trata de um assunto que a Freguesia e a Câmara e a Comissão da Atribuição das Medalhas, poderá introduzir, sob proposta da própria Assembleia. A criação da Comissão deverá ser mais, uma vez que a validação de Interesse Municipal daquele local, invalida depois que se possa fazer qualquer coisa daquele edifício, uma vez que não se pode deitar abaixo. Crê que esta avaliação deverá ser mais aprofundada, porque a classificação daquele edifício, poderá colidir com aquela transformação toda que aquela zona merece. Disse não ter percebido, se a Câmara já adquiriu o edifício, no entanto a aquisição do espólio para integrar o futuro Museu do Mar, deve ser tratado pela Câmara Municipal. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pedi para intervir a Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)**, que disse que seria importante o senhor Presidente da Câmara Municipal, dizer os planos que tem e seria importante deixar aqui claro, que esta Moção prima pelo registo histórico deste trabalho que foi aqui apresentado. Quarteira já tem o rótulo do expoente máximo da sua construção, e seria de louvar outros usos, que não a construção em massa! A perda da identidade das gentes de Quarteira, não pode acontecer e este atrativo turístico e cultural acaba por complementar o turismo de sol e praia. ----- Seria de Louvar que a partir do momento em que sabemos que já é propriedade da Câmara Municipal, se tivesse em consideração o aqui proposto nesta Moção, seja de que forma seja, ou recomendação, ou solicitação. Devemos aqui dar valor ao património histórico que temos e passar às gentes futuras.

O **Presidente da Assembleia**, referiu que o ponto 2, não diz respeito nem às competências desta Assembleia nem à competência do Executivo, uma vez que existe uma Comissão própria relativa à questão da Atribuição das Medalhas.

Posteriormente usou da palavra o **Presidente da Câmara**, que referiu que o Executivo, quando assumiu responsabilidades, conhecedor do projeto de reabilitação e de valorização da frente de mar, que percorria toda aquela área em frente ao antigo degradado bairro de Quarteira, rapidamente percebeu que havia ali uma área que continuava degradada, em que nessa área os armazéns do Cainha, preenchiam uma área muito significativa daquela zona. Há um projeto a fazer-se, que é a 3<sup>a</sup> fase do passeio marítimo que liga Quarteira a Vilamoura, que teve 2 fases já inauguradas e executadas, e agora há uma 3<sup>a</sup> fase que é composta de 2 partes, uma do Mercado Municipal de Quarteira e outra a Reabilitação do Largo das Cortes Reais, até aqueles dois mercados.

A ideia é libertar toda aquela frente de mar para que Quarteira naquela zona possa ter uma abertura visual e pedonal para a frente de mar. Trata-se de um projeto muito importante, que fechará a intervenção feita no Passeio das Dunas e que, portanto, essa é a intenção e foi explicada aqui. Disse ainda que nem tudo aquilo que é velho, tem valor histórico e é de preservar.

Aquele espaço é um obstáculo físico que ali está, que de acordo com muitas opiniões, não tem qualquer valor histórico e o objetivo é ter acesso pedonal e abrir aquela frente de mar, conjuntamente com uma série de outros negócios que ali estão, que irão transitar para dentro do futuro mercado, esta a intenção da Câmara. Uma recomendação é uma recomendação, disse que irá voltar a colocar a questão e ouvir outras opiniões e outros saberes, mas para já aquilo que está em cima da mesa, foi dito e comunicado quando foi adquirido as oficinas do Casinha, foi a intenção de terminar o processo de valorização urbana da frente de mar da cidade de Quarteira e valorizar, com um projeto de arquitetura contemporâneo, bonito,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

capaz de continuar a puxar Quarteira para cima, que é aquilo que o Executivo tem feito nos últimos anos a um ritmo notável. Disse ainda que este Executivo também tinha adquirido o antigo Casino de Quarteira, esse sim, um edifício ligado à memória coletiva de Quarteira, com fortes ligações afetivas aos quarteirenses, às pessoas, existe um projeto e em breve será aberto um concurso para realizar uma obra de reabilitação. Trata-se de um imóvel velho, mas tem sem dúvida nenhuma valor patrimonial e histórico.

Usou da palavra o Deputado João Carlos Santos (PSD), que referiu que é algo que o deixa abismado, como é que o senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vitor Aleixo, uma pessoa de cultura, um historiador de profissão, acaba por dizer que o Estaleiro do Mestre Casinhas, é para ser demolido, que não tem qualquer interesse histórico, mas que fica aqui a ressalva de que realmente deveria pensar melhor as palavras que acabou de proferir há pouco, porque acha que Quarteira acaba por perder mais uma oportunidade de valorização daquilo que é o seu património histórico. O senhor Presidente, menciona que o Estaleiro é para deitar abaixo, porque está envolvido na área da 3ª fase do Passeio das Dunas, as também está inserido na ARU do centro histórico de Quarteira (Área de Reabilitação Urbana), que os senhores fomentaram e mais um património de Quarteira inserido nesta ARU, é demolido porque não representa qualquer interesse. Questionou o senhor Presidente, e já entrou no Estaleiro, e não reconhece que exista ali uma componente histórica importante para Quarteira? Homem que fez as embarcações para os filhos de Quarteira ganharem a vida durante décadas? Não merece que o seu Estaleiro seja reabilitado e seja feito ali um museu? Ainda por cima o senhor já disse que a exposição 6 mil anos de Quarteira, que não é uma exposição permanente, após 2 anos teria de sair do espaço da Iota antiga. Porque não aproveitar o Estaleiro, que tem espaço e colocar a exposição lá de uma forma permanente, juntamente com uma exposição dedicada ao mar e à pesca. Mais um ataque à história de Quarteira e ao seu património. O Museu de Quarteira poderia ser ali!

O GM do PSD disse ter requerido ao GM do CDS que pudesse ceder mais algum tempo, por ter a bancada mais algumas intervenções a fazer.

Respondeu o Presidente da Câmara, que este Executivo já tem dado repetidas provas de apego ao património histórico de Quarteira, diferente do anterior ciclo político que o antecedeu que esteve 12 anos frente ao Executivo da CML, onde não viu nada que desse o mínimo sinal de tal. Referiu mais uma vez que irá consultar outros saberes e outras opiniões e se este ponto de vista que tem formado, está errado. Sobre o tratamento do património histórico deste concelho, temos feito um bom trabalho e que outros não estiveram à altura daquilo que este Executivo tem feito.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

*(Assinatura)*  
Usou da palavra o Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, disse que de fato nos 12 anos anteriores, os Executivos do PSD, investiram muito naquilo que é a reabilitação do património cultural edificado deste concelho e se fomentou em Quarteira, a exposição dos “100 anos sobre o Turismo”, a exposição sobre “as embarcações e os homens do mar”, ficou patente durante bastante tempo na Galeria Praça do Mar e por isso também houve dinâmicas, também houve exposições elevação da história de Quarteira.

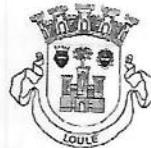
Para uma intervenção, o Deputado **Carlos Costa (PS)**, disse que esta Moção tem o seu valor porque faz uma descrição histórica, e uma referência importante que foi o papel e a importância do Mestre Casinha, para aquela comunidade em Quarteira, no entanto o GM do PS, não pode acompanhar favoravelmente esta Moção, porque do ponto de vista como não voltam atrás na questão da recomendação, como há questões que já passaram pela aquisição do terreno, do edificado, enquadrando-se no que é o plano de desenvolvimento nomeadamente na ARU e há condições para se enquadrar todo aquele espaço num elemento que deixe ficar um registo da memória da importância do Mestre Casinha para aquela comunidade.  
Este GM irá abster-se na votação desta Moção.

O **Presidente da Assembleia**, sobre esta Moção, com algumas alterações, uma delas, que já foi introduzida, que é “que a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal...”, o que lhe parece mais complicado, é a questão da classificação do Estaleiro, não se pode propor a classificação de uma coisa, se não sabemos se tem condições ou não. Se for o estudo para a eventual classificação, ninguém teria dúvidas em subscrever que a Assembleia recomendasse à Câmara Municipal o estudo para a eventual classificação daquele património como de interesse municipal.

Para esclarecimentos adicionais, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse que foi dada a indicação ao arquiteto sobre a aquisição daquele espaço e está-se a identificar outras casas existentes ali naquela área para as comprar para libertar espaço. Disse ainda que depois de ouvidas outras opiniões, se por acaso houver ali matéria que considere suficientemente relevante para trazer à discussão a esta Assembleia, trará.

Disse ainda que os quarteirenses têm a expetativa legítima que aquela parte de Quarteira, que está degradada, seja embelezada, com o mercado e com uma nova envolvente do mercado, que é aquela Praça do Largo das Cortes Reais.

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, disse que gostaria que fosse possível falar com o senhor Presidente, numa ótica de apresentar-lhe mais algum fundamento,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que decreto irá fazer com que o senhor Presidente volte atrás com essa pretensão para aquele espaço.

Foi referido pelo **Presidente da Assembleia**, que colocará de seguida a Moção à votação com a única alteração, que é, em vez de ser “*propõe a Assembleia Municipal de Loulé a prossecução dos seguintes passos...*” passa a “*propõe a Assembleia Municipal de Loulé que recomende à Câmara Municipal a prossecução dos seguintes passos...*”

**Passou-se à votação:**

**Foi aprovada por maioria**, com 13 votos a favor, (8 PSD, 1 CDS, 2 CHEGA, 1 CDU e 1 PAN) e 23 abstenções (22 PS e 1 BE).

O GM do PS, irá apresentar posteriormente uma Declaração de Voto.

**Passou-se ao ponto seguinte:**

**Voto de Saudação do PS “Comemoração do Dia Internacional em memória das vítimas do holocausto”;** (n.5)

A leitura do documento foi feita pelo Deputado Márcio Fernandes (PS) (documento será anexo à Ata).

A Deputada Ana Poeta (PAN), sugeriu acrescentar um parágrafo que dá continuidade aquilo que já foi lido e que é; “*É nosso dever recordar este período negro da história da humanidade, ocorrido durante a 2ª Guerra Mundial, para que nunca mais ocorram semelhantes manifestações de racismo, xenofobia, antisemitismo que contrariam os valores de tolerância, não discriminação, respeito mútuo, diversidade, que devem caracterizar as nossas identidades nacional, europeia e universal. Assim, evocamos sem exceção, todas as vítimas do holocausto, os judeus, ciganos, homossexuais, opositores ao regime, os doentes incuráveis, pessoas com deficiência, mas também queremos celebrar a coragem daqueles que escolheram fazer o que estava certo, independentemente das consequências, como Aristides de Sousa Mendes, Carlos Sampaio Garrido, o Padre Joaquim Carreira, José Brito Mendes, já declarados justos entre as nações ou Alberto Carlos de Luis Teixeira Branquinho, todos estes responsáveis pela salvação de milhares de judeus*”.

O Deputado Carlos Costa (PS), disse que a questão colocada pela senhora Deputada do PAN, é pertinente, complementa e dá mais densidade ao teor e ao



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

*(Handwritten signature)*  
sentido da Moção, pelo que o PS concorda com a introdução da mesma.

O Presidente da Assembleia, disse para considerarem o Voto de Saudação apresentado pelo PS com a introdução no penúltimo parágrafo apresentado pela Deputada Ana Poeta do PAN.

Passou-se à votação:

Foi aprovado por aprovado por maioria, com 29 votos a favor (22 PS, 1 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS, 1 BE, 1 CDU e 1 PAN) e 7 abstenções (PSD).

De seguida foi feito 1 minuto de silêncio pelas vítimas do holocausto.

A Bancada do CDS, cedeu 3 minutos ao Grupo Municipal do PSD.

Foi cedida a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, começou a sua intervenção desejando um bom mandato ao Presidente da AML e ao Executivo e desejou que os trabalhos decorram de forma justa e correta.

Recordou uma sua intervenção feita no dia 26 de Junho de 2020, na qualidade de interveniente no PIP, altura em que o Presidente da AML, Adriano Pimpão, apresentou a sua demissão. Nessa sessão, apresentou uma situação, que tinha a ver com uma ideia, porque é que tinha havido uma alteração num alvará de loteamento em relação a Loulé, o que gerou um inquérito por parte das autoridades n.º 473/20 5T9LL, por isso informa que na semana passada recebeu o arquivamento do mesmo. Foi arquivado, no entanto em momento algum a queixa incidiu sobre o pressuposto da corrupção. Não obstante da abordagem dos órgãos judiciais e optar por proceder a toda a investigação por essa via, mas que fique bem claro aqui, que foi arquivado por esse pressuposto. Na parte que lhe toca como denunciante, nunca mencionou atos de corrupção, pelo menos neste processo. Relembrou que a queixa, as questões aqui colocadas, e replicada nos órgãos judiciais, tem a ver com uma troca de parâmetros urbanísticos de um Alvará de Loteamento de Vale do Lobo 2-70, que de uma forma súbita, na ausência de qualquer diligência regulamentar para parâmetros mais desfavoráveis, na qual passa a citar o último parágrafo, folha 322 do Processo Crime do Tribunal, cito, palavras retificadas pelo Tribunal ("...Nos atos é evidenciado um lapso grave que ocorreu nos serviços da Câmara Municipal de Loulé, pois não foi só publicitado o Regulamento e planta errada no site do município, como foram apreciados projetos com base no mesmo por parte dos técnicos municipais. Tal situação poderá ter consequências para o município de Loulé, no foro administrativo, designadamente levar ao pagamento de indemnizações, pois foram elaborados impactos projetos, feitos com base num regulamento errado, publicitado pelo município. Por outro lado, quem adquiriu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

determinado lote de terreno, poderá tê-lo feito com a expectativa de poder construir uma determinada área que depois foi inviabilizada. Ao acrescentar a tudo isto, poderão ter sido aprovados vários projetos com desrespeito das normas em vigor, não se conhecendo a verdadeira dimensão do problema, porquanto tal não foi objeto da presente investigação".)

Questionou o senhor Presidente da CML; se vai ou não apurar a real dimensão destas construções ilegais, agora provadas serem ilegais que ascendem a mais de 100 moradias de luxo num loteamento.

Vai repor a legalidade como se impõe e recersir as pessoas com as respetivas indemnizações, sim ou não?

Deixou a nota de que desejava usar o seu direito que lhe confere como Deputado Municipal poder acompanhar todas as diligências do respetivo Departamento de Fiscalização Municipal como também do Departamento Urbanístico, onde se encontram as provas dos projetos aprovados, que agora graças ao ex-Chefe de Divisão e à ex-Vereadora, se demonstram estar ilegais, porque foram essas as declarações que entram no processo e foram retificadas pelo Tribunal.

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, para responder às questões colocadas pelo Deputado João Ferreira, nomeadamente regista que o Tribunal tenha decidido arquivar o Processo. Relativamente às questões em si, dará posteriormente resposta às mesmas uma vez que de momento não tem condições de responder às mesmas.

O **Presidente da Assembleia**, sugeriu ao Deputado João Ferreira, que apresentasse as questões colocadas por escrito, para posteriormente serem colocadas ao Executivo.

Pedi a palavra a Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)**, trazendo 2 assuntos relacionados com a Freguesia de Almancil, uma vez que não tem respostas claras na Freguesia de Almancil, nomeadamente para quando os esgotos do Cerro do Galo e Pereiras? A Câmara não está a dar resposta à recolha dos resíduos, e a resposta da Junta de Freguesia de Almancil não é clara nesta matéria.

Fez referência à Rua do Calvário, que tem muita afluência, com serviço essenciais, comércios, que tem com constantes ruturas nos esgotos. Foi pedido que a Assembleia de Almancil trouxesse para esta Assembleia, um pedido para reconhecer a urgência do problema e promover os esforços junto da autarquia, tendo ido esta Moção chumbada na Assembleia, porque estaria em via um projeto para o mesmo questionou sobre o ponto de situação do mesmo.

Abordou a questão do Jardim das Comunidades, fazendo referência ao equipamento para crianças que se encontra degradado, o pavimento está destruído. É sabido que

✓  
✓



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ**

há um projeto que há de avançar, quais os planos e para quando? --

O Vereador Abílio Sousa, para responder às questões colocadas pela Deputada Isilda Martins (CDS), informou que os esgotos tanto do Cerro do Galo como das Pereiras, aguardam o visto do Tribunal de Contas e que se deve ao voto de aprovação da lista de obras que foi apresentada, o empréstimo que foi a Tribunal de Contas e foi reprovada pelos vereadores da bancada do PSD. Estas obras avançam porque o PS fez força e aprovou o empréstimo para a realização destas obras reprovadas pela bancada do PSD.

reprovadas pela bancada do PCD. Informou que sobre a Rua do Calvário, existe um projeto de requalificação da mesma, e a rotura é das infraestruturas das águas, porque os esgotos não têm tido roturas. Aguarda-se que o projeto esteja executado ainda até ao final deste ano. -----

Usou da palavra o **Vereador Carlos Carmo**, que informou a Deputada Isilda Guerreiro que o parque que se tinha referido está com um projeto a ser desenvolvido para uma total remodelação daquele local, dando-lhe outras valências. O processo de contratação pública está neste momento que está a decorrer e está em tramitação, realçando o trabalho de excelência que está al a ser feito naquele jardim, nomeadamente na requalificação do lago, um projeto a nível ambiental com a Universidade do Algarve para transformar aquele local, num jardim "emissão zero carbono" que será um local de excelência em Almancil.

**Passou-se ao ponto seguinte;**

### **3- Período da Ordem do Dia;**

a)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Pedi a palavra o Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse querer colocar questões relacionadas com a Atividade Municipal, nomeadamente sobre a área da saúde. Segundo teve conhecimento, a ARS tem um programa de estruturação de alteração da rede de camas de Cuidados de Saúde Continuados no Algarve e até anunciou a atribuição de 20 camas para uma IPSS em Olhão e em Loulé teria a dúvida da continuação de mais 20 camas na Unidade de Convalescença que deixaria de ser gerida pelo CHUA – Hospital de Faro, o que nos pode adiantar sobre esta intenção?

Sobre o edifício da ACES Central, a obra de construção do edifício, futuro Centro de Saúde Universitário, obra de cerca de 3,7 milhões de euros, sendo que 2,6 seriam suportados pelo município. Em 7 de abril de 2021, a obra foi adjudicada por 4,6



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

milhões de euros, 65% comparticipado, pelo município, mais de 3 milhões de euros, e já passaram tantos meses e a obra continua por iniciar. Solicita-se ao senhor Presidente, que nos informe quais os motivos pela qual a obra não tivesse ainda sido iniciada e a justificação do aumento de mais de 30%, cerca de 1 milhão de euros num espaço de 1 ano para esta obra.

Fez referência ao Plano de Pormenor do Parque das Cidades, está a ser revisto de acordo com uma reunião técnica que houve, entre a Câmara de Loulé e a Câmara de Faro, sobre a alteração do PPPC, questionou se esta alteração, deve-se a que pretensão? Ao pedido do CHUA com a pretensão de construir uma Unidade Oncológica ou por outras razões?

Questionou sobre a assinatura de contrato de aquisição de terrenos para a construção da Circular, na totalidade das 50 parcelas, quantas já se encontram na posse da Câmara? E para quando o início da obra?

Para responder às questões solicitadas, foi cedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que começou por responder que sobre a questão da ARS, de Reclassificar a Unidade de Cuidados Continuados de Loulé que funciona junto à SUB, de uma categoria para outra, sendo a Unidade de Cuidados Continuados, que

Neste momento lá funciona é de curta-duração e é intenção da ARS, não consumada ainda, a informação que tem é que esse processo foi suspenso para decidir mais à frente. A intenção é passar a Unidade de Cuidados Continuados de curta-duração, para Olhão, continuando a Unidade de Loulé como Unidade Intermédia. Esta decisão compete à ARS, a CML não tem capacidade de decisão nesta matéria. Disse ainda ter manifestado a sua discordância relativamente a este projeto, junto da ARS, desconhecendo qual vai ser a decisão final.

Sobre o Edifício da Saúde, relativamente ao visto do Tribunal de Contas, que ainda não colocou o visto no contrato, a obra está adjudicada. Há muito tempo que se pede documentação variada, alguma dela disponibilizada pela própria ARS, que não respondeu com a brevidade que gostaríamos e que é absolutamente indispensável. A Câmara tem acompanhado este processo com preocupação, passaram vários meses, o mercado tem processos inflacionistas, gerando alguma incerteza. Trata-se de um projeto extraordinário, muito importante para a cidade de Loulé e vai com certeza ser feito, logo que o Tribunal de Contas ponha um visto no contrato, a obra arrancará.

Respondendo ao Deputado Carlos Martins, disse que não tem nada a ver com a Unidade de tratamentos oncológicos, não tem a ver, porque para isso, há um lote disponível na área do Parque das Cidades, esse processo neste momento está a desenvolver-se e a avançar.

Disse haver uma intenção de ambos os municípios Loulé e Faro, e estão ambas equipas a estudar se é viável, alterar o Plano de Pormenor do Parque das Cidades e com que fim. O Plano foi aprovado em 1999-2000, passou muito tempo, a vida



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

*(Assinatura)*  
muda, as necessidades desaparecem, outras novas surgem, nada nesta vida é imutável. O Plano foi analisado por ambos os municípios, tentar perceber de que maneira ele pode ser mudado, se for esse o caso, no sentido de servir melhor a região.

Sobre a aquisição de parcelas para a Circular, começaram a ser adquiridas recentemente, são cerca de 50, alguns proprietários residem no estrangeiro, trata-se de um processo burocrático, é uma negociação amigável, mas se não se chegar a acordo a Lei prevê outros patamares de intervenção.

Pidiu para intervir o Deputado **Carlos Martins (BE)**, referindo que para complementar a sua informação, a Circular de Loulé, em 6 meses negociou-se 2 proprietários, 50 proprietários levará uns 20 anos, esperando que se faça antes desse tempo.

Sobre o visto do Tribunal de Contas, da Unidade de Saúde de Loulé, prende-se com a certidão do direito de superfície dos proprietários dos terrenos, a Câmara já emitiu essa Certidão, já foi fornecido ao tribunal de contas quem é o proprietário do terreno? Sobre a Unidade de Oncologia, para se construir aquela Unidade, para ter terreno é preciso ser cedido em direito de superfície, se realmente a Câmara de Faro e de Loulé, já decidiram essa atribuição. É um investimento que engrandece muito a região do Algarve, complementando esta área da saúde e que neste momento é feita no estrangeiro.

Relativamente à parte da situação financeira, a receita atinge um valor recorde, cerca de 40 milhões de euros e grande parte da receita dos impostos diretos, que totalizaram 97 milhões de euros, sendo mais de 60 milhões de euros provenientes do IMT. Em tempos de pandemia nem todos os setores da economia foram afetados, no IMI e no IUC não ocorrem alterações significativas, as verbas são consideráveis. Em relação ao Orçamento da Despesa apresenta uma execução de 132 milhões de euros, a rubrica com despesas com pessoal, é a mais avultada, cerca de 39 milhões de euros, teve um acréscimo de 4,5 milhões de euros em relação ao ano anterior. A aquisição de serviços é uma das áreas que pesam muito na gestão municipal, atingindo 31 milhões de euros. Com os dados fornecidos verifica-se que o município se encontra de boa saúde financeira, resultando num saldo de gerência superior a 50 milhões de euros e dispõe de 63 milhões de euros de disponibilidades totais.

Questionou sobre as transferências de capital o aumento significativo que houve, de onde provém?

Para responder às questões solicitadas interveio o **Vereador David Pimentel**, que referiu que de facto o município apresenta uma progressão nas receitas de cerca de 26,9% e de despesas de 5,1% com boas taxas de execução orçamental.  
Sobre as transferências de capital, tem a ver com muitos dos fundos que se têm



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

vindo a recuperar com o Instituto de Reabilitação Urbana, no valor de 1 milhão de euros e fundos europeus de desenvolvimento regional decorrente dos aumentos do FEDER, 3,7 milhões de euros no ano passado.

O aumento das transferências de capital é decorrente dos aumentos que se tem vindo a conseguir obter por Fundos Europeus de investimentos que se tem estado a fazer. A evolução do IMI o valor total foi recorde de cerca de 66 milhões de euros. --- O município de Loulé desde 2019, é o maior município de média dimensão com o maior valor de investimentos e em termos de equilíbrio financeiro, consequência do equilíbrio financeiro do nosso município.

Foi apreciada.

Passou-se ao ponto seguinte;

b)- Proposta da Câmara Municipal n.º 1213-2021- Deliberação relativa à Retificação da Proposta n.º 756-2021 – Aprovar o Relatório Final do Plano Municipal de Ação Climática de Loulé, nos termos do artigo 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

O Presidente da Assembleia, recordou que este assunto a Assembleia tinha ficado de constituir uma Assembleia Temática só com esta matéria, no entanto atendendo a fatores vários, a aprovação é necessária para que algumas das medidas se executem, motivo pela apresentação ser feita nesta sessão, pelo que cedeu a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara, informou que para a apresentação deste ponto será dada a palavra ao Vereador Carlos Carmo que tem este pelouro. --- Disse ser um orgulho enorme para o município de Loulé apresentar um Plano de 2<sup>a</sup> geração. O município de Loulé é exemplar a todos os níveis no que respeita à sua política de Ação Climática.

Este tema deveria ter uma Assembleia Temática exclusivamente dedicada, tratando-se de um documento riquíssimo dos aspectos que aborda, um documento que aponta ao futuro, à responsabilização de cada um de nós apelando à responsabilização de todos nós.

Tomou a palavra o Vereador Carlos Carmo, que disse ser um orgulho enorme estar esta noite a apresentar o resultado final deste Plano, trata-se de um documento estratégico da política do atual Executivo para a próxima década que irá nortear a ação política, não só neste mandato, mas nos próximos mandatos neste concelho. -- Foi feita uma projeção para sistematizar um documento bastante volumoso.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Este Plano iniciou-se em 2013, quando este Executivo iniciou funções neste novo ciclo político. Este Relatório Final de Ação Climática tem 3 bases, são elas a Adaptação, a Mitigação e Governança e conhecimento. Em 2021 foi aprovado o Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática, documento que versa tudo aquilo que tem a ver com a prevenção nas questões das Alterações Climáticas. Urgia avançar com um documento integrador, um documento que fosse norteador. -- O Plano versa objetivos estratégicos, desenvolver a investigação sobre alterações climáticas, identificar de forma precisa os impactos climáticos e as suas vulnerabilidades, explorar as potenciais sinergias entre as políticas de adaptação de mitigação, criar condições técnicas para a adaptação no Planeamento Municipal. --- Este Plano é composto por 33 medidas de intervenção, com 72 ações prioritárias, que têm a ver com a Adaptação, cerca de 40 ações, a Mitigação, 25 ações e a Governança e Conhecimento com 7 ações muito concretas. ----- Teceu considerações sobre cada uma das Ações no powerpoint apresentado. -----

---

O Presidente da Câmara, referiu que finda a apresentação feita em remate final, queria relevar a extraordinária importância do contributo dos muitos técnicos da Câmara Municipal de Loulé, particularmente daqueles que trabalharam durante muitos meses, anos, focados apenas neta problemática e nestes Planos que têm a ver com a Adaptação e a Mitigação. Trabalho esse feito por jovens contratados pela Câmara Municipal, detentores de conhecimentos absolutamente indispensáveis para nos preparamos para o futuro. -----

---

Usou da palavra o Deputado **Carlos Martins (BE)**, relembrando que em 5 de Junho de 2021, numa Sessão Temática sobre Ambiente, foi apresentado e votado por unanimidade o Relatório Final do Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática de Loulé, que em quase nada difere deste AMAC. O município assumiu o compromisso da redução de 40% dos gases efeito estufa até 2030 e adotar uma estratégia conjunta para a Mitigação das Alterações Climáticas e como tal urge a necessidade de sermos mais proativos e que o Orçamento Municipal, seja dotado de mais verbas para investir na mobilidade urbana, interurbana, melhores transportes públicos, de forma gratuita. Nas habitações e poupança de perdas significativas de água existente nas redes, na substituição de amianto nos equipamentos públicos, na eficiência energética e na produção de energias renováveis, assim como na reutilização das águas das Etares para a rega. Nos resíduos orgânicos e até a construção de uma Central Biomassa para o aproveitamento dos resíduos florestais. No essencial o BE concorda com o Plano Municipal de Ação Climática de Loulé e com os objetivos nele definidos, dando relevo a um modelo de gestão e na motorização. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Plano de Ação é constituído por 72 ações prioritárias, sendo importante saber quando se passa da fase do projeto à ação e quantas destas medidas estão na realidade implementadas.

O Município em 2016, aprovou a sua Estratégia, passados 2 anos, em 2018, decidiram avançar com o Plano de Ação Climática, em Maio de 2021, a Câmara aprova o Relatório Final e remete para aprovação da Assembleia Municipal, órgão com competência para aprovar este Plano e entretanto por lapso passaram mais de 8 meses, esquecendo que este Plano tinha que ser aprovado pela Assembleia Municipal e só agora veio para aprovação pelo órgão competente.

O BE, considera que para a elevação do Plano, não se devia ter partido “do zero para o infinito”, por não ser eficaz e acarregar perda de tempo, porque o Relatório não se baseia em estudos feitos anteriormente no concelho, nomeadamente o PDM e o REOT, e apresenta informação desatualizada. A equipa parece desconhecer as regiões naturais do concelho, as zonas limítrofes das regiões naturais do concelho, litoral, barrocal, beira-serra e serra.

Em relação à nossa floresta, quanto às áreas ardidas somente faz referência ao período 2003-2013 e o mesmo se passa em relação aos indicadores da saúde. É necessário adotar-se um discurso de prevenção, que motive boas práticas mais resiliente a este cenário preocupante.

Tomou a palavra o **Vereador Carlos Carmo**, que referiu que o 1º documento a Estratégia, do DMAC, das 28 medidas, 18 delas já estavam em implementação, na vertente de Adaptação. O documento PAZEC está muito vocacionado para a Mitigação. Alguns projetos já estão em curso e que advêm da estratégia, nomeadamente a Eficiência Energética com um projeto piloto na Escola em Salir ao nível do autoconsumo e que irá ser replicado noutras escolas do nosso concelho e ao nível de outros pontos no nosso país.

Ao nível da Eficiência Hídrica, a própria orgânica da Câmara, está montada com um gabinete próprio.

Neste momento está em curso no Plano Regional de Eficiência Hídrica, a colocação de contadores pelo nosso concelho, em espaços verdes e em todos os locais que têm que ter aquilo que é a contabilização daquilo que é a água para autoconsumo do município e agir naquilo que são as perdas.

A monitorização e a transparência da aplicação deste Plano, será avaliada por todos no Observatório.

O **Presidente da Assembleia**, disse que como já foi referido e fazendo a sumula, este documento já foi aprovado por esta Assembleia na sua composição anterior, depois disso foi para consulta pública, foram integrados os contributos e trata-se apenas agora de aprovar o Relatório Final do Plano Municipal de Ação Climática de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Loulé.

Passou-se à votação;

Foi aprovado por unanimidade.

Passou-se ao ponto seguinte;

c)- Proposta da Câmara Municipal n.º 191-2022- Deliberação relativa à 1ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 1ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 1ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais;

Para a introdução desta Proposta, foi dada a palavra ao Vereador David Pimentel, explicando que esta Alteração Modificativa ao Orçamento, trata-se de um resultado muito simples. No final do ano passado todos os movimentos de fluxo de caixa de tesouraria estão encerrados e no início deste ano, sabe-se exatamente qual o saldo de conta de gerência. As disponibilidades financeiras que sobraram do exercício do ano anterior em termos de recebimentos/pagamentos, o que significava atrasar a execução de algumas obras que estariam com necessidade de cabimento de verba para iniciar esse procedimento de contratação pública, porque nas autarquias não se pode iniciar nenhuma empreitada, que não esteja devidamente cabimentada. Esta Modificação é consolidar algo que já estava devidamente previsto na altura do Orçamento.

Passou-se à votação;

Foi aprovada por maioria, com 28 votos a favor (22 PS, 2 PSD, Deodato João, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir e Manuel Fernandes Gaspar, em substituição da Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim, 2 CHEGA, 1 PAN, 1 BE) e 8 abstenções (6 PSD, 1 CDS, Isilda Guerreiro, em substituição de António Farrajota e 1 CDU).

d)- Proposta da Câmara Municipal n.º 220-2022- Deliberação relativa à Proposta para que a Camara Municipal de Loulé se constitua sócia da Sociedade Histórica da Independência de Portugal;

Usou da palavra o Presidente da Câmara, para fazer a introdução desta Proposta. -

Pediu a palavra o Deputado Carlos Martins (BE), referindo que esta Associação é nacionalista, que tem como missão, no n.º5 (...combater pelos meios considerados



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

convenientes a generalização de doutrinas suscetíveis de ferir a dignidade de Portugal como um Estado de Nação mais antigo de Portugal...) depois dita na rubrica Associados (...alargamento criterioso da massa associativa singular às elites intelectuais e sociais do país...). Questionou sobre o significado destas palavras. Referiu também que em Portugal, apenas 3 municípios são sócios desta Associação.

Para responder às questões levantadas, usou da palavra o **Presidente da Câmara**, que disse não ter como nacionalista esta Sociedade, trata-se de uma sociedade patriótica, com orgulho na sua cultura, na sua história. Não acha que haja incompatibilidade entre o patriotismo e o internacionalismo. Terminou dizendo que devemos sempre cultivar na memória o 1º de Dezembro de 1640.

**Passou-se à votação;**

**Foi aprovada por maioria**, com 26 votos a favor (22 PS, 1 PSD João Ferreira, 1 CDS e 2 CHEGA) e 10 abstenções (7 PSD, 1 BE, 1 CDU, e 1 PAN).

**Passou-se ao ponto seguinte;**

e)- **Proposta da Câmara Municipal n.º 2060-2021- Informação relativa à Proposta de Prorrogação do Prazo de vigência do Estabelecimento de Medidas Preventivas (Quarteira - Mercado da fruta)**, no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé e **Proposta da Câmara Municipal n.º 228-2022-Deliberação relativa à Proposta de Prorrogação do Prazo de vigência do Estabelecimento de Medidas Preventivas (Quarteira – Mercado da Fruta)**, no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé;

**A proposta da Câmara Municipal n.º 2060-2021 apreciada**, tendo-se passado à votação da Proposta n.º 228-2022;

**Foi aprovada por maioria**, com 25 votos a favor (22 PS, 1 BE, 1 CDU e 1 PAN) e 11 abstenções (8 PSD, 1 CDS e 2 CHEGA).

**O Presidente da Assembleia**, informou que as alíneas f) e g) seriam apreciadas em conjunto.

**Passou-se aos pontos seguintes;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

f)- Proposta da Câmara Municipal n.º 57-2022- Informação relativa à Proposta de Prorrogação do Prazo de vigência do Estabelecimento de Medidas Preventivas (Quarteira nascente), no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé;

g)- Proposta da Câmara Municipal n.º 158-2022- Informação relativa ao Estabelecimento de Medidas Preventivas e suspensão do PDM (Matos da Picota), no âmbito do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé;

O Presidente da Câmara, referiu que em relação à zona do Almargem do Parque de Campismo, aguarda-se resposta da CCDR e em relação aos Matos da Picota também se aguarda uma resposta por parte da CCDR.

O Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime (Nelson Brazão), fez uma congratulação ao Executivo Municipal de Loulé, sobre o processo de inviabilização Estabelecimento de Medidas Preventivas e suspensão do PDM (Matos da Picota), no âmbito do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé. Referiu que o Presidente da Câmara Municipal com caráter de urgência, recebeu o Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime e da Junta de Freguesia de S. Sebastião, para uma reunião, dizendo que estava contra a instalação daquela unidade naquela área, tendo então sugerido como uma boa iniciativa a recolha de um abaixo assinado pela inviabilização de um Centro de Triagem de Resíduos, que posto em prática teve um enorme sucesso.

A Deputada Cláudia Mendes (PSD), teceu algumas considerações em relação a estas informações e referiu que a Câmara Municipal deveria suspender provisoriamente o PDM na zona da EN 270 – Matos da Picota – Freguesia de S. Sebastião e foi apresentada uma Moção pela salvaguarda do interesse da população, em que a Câmara Municipal deveria suspender provisoriamente tendo sido esta Moção aprovada por unanimidade. Felicitou o trabalho do executivo pela coragem e pelo trabalho árduo quer fizeram.

O Deputado Carlos Martins (BE), teceu algumas considerações, referiu que a Bancada do BE, pensava que a retirada da Moção de Congratulação ao Executivo da Câmara Municipal, era uma atitude refletida da Bancada do PS, pois pecava por excesso de argumentação, que não condizia com a cronologia dos acontecimentos. Disse não compreender o objetivo desta Moção, agora transformada numa declaração Não compreende o alcance desta Declaração do PS, reconhecendo o excelente trabalho desenvolvido pelo Executivo, congratulá-lo pela boa condução de todo o processo. Neste processo se alguém devia ser homenageado por esta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Assembleia, todo o processo, havia alguém que deveria ser congratulado, devia ser a população através da sua representação legal, a Associação de Moradores e Amigos dos Matos da Picota, pelo trabalho exemplar de cidadania ativa.

O Processo deu entrada nos serviços camarários em 06/07/2020, após as Eleições Autárquicas em outubro, o senhor Presidente da Câmara foi abordado por um cidadão, que através de uma informação anónima e exterior à Câmara, que lhes questionou sobre este processo, manifestando desde logo o senhor Presidente, não saber nada do assunto. Ao tomar conhecimento em 15/11/2021 o BE questiona com diversas questões a Câmara, cujas respostas vieram em 25/11/2021 e só em 23/11/2021 o Presidente da Câmara reúne com os Presidentes de Junta de S. Sebastião e Boliqueime, onde manifestam preocupação e exigem a inviabilização do pedido.

Na Assembleia de 03/12/2021, é aprovado por unanimidade uma Recomendação das Juntas de Freguesia de S. Sebastião e Boliqueime, exigindo a inviabilização do pedido e outra da Bancada do PSD, recomendando a tomada de Medidas Preventivas para Suspensão do PDM. tendo o BE questionado que este processo, podia ser feito no âmbito da revisão em curso do PDM, argumentando o Presidente, que tal não era viável dado os trabalhos do PDM em curso (tudo isto está relatado nas Atas da Assembleia Municipal). O assunto foi difundido na comunicação social e a movimentação popular e a união gerada e impulsionada pelos moradores e amigos dos Matos da Picota, forçaram o Executivo à tomada de uma posição político e administrativa sobre a viabilização da Central de Resíduos, culminando no dia 24/01/2022, com a aprovação das Medidas Preventivas para a Suspensão do PDM. O Presidente da Assembleia, disse que a Bancada do BE já excedeu 1 minuto e solicitou que pedisse tempo à Bancada do PAN (o PAN cedeu 2 minutos à Bancada do BE).

Continuou referindo que o BE está muito satisfeito com a tomada de posição por parte do Executivo Municipal, no entanto julga que a resolução da situação ainda está longe do fim, como salientou o Prof. Adriano Pimpão na reunião havida na Associação do Monte Seco, segredo a população não pode desmobilizar e deve ficar atenta. Durante 18 meses os serviços camarários e as chefias nomeadas pelo Presidente da Câmara e Vereadores, mantiveram em segredo absoluto este processo.

Referiu ainda que se não fosse a denúncia de um cidadão, e esta manifestação popular de protesto, teríamos dúvidas de qual seria o desfecho final deste assunto e só o saberíamos após a Central de Resíduos estar em atividade. O princípio de transparência dos atos públicos, e o direito de informação às populações, não pode ser desculpado, tratando-se isto de um grande negócio.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Deputado **Carlos Costa (PS)**, referiu que este processo a Câmara Municipal perante os pedidos que entram tem de identificar o teor e o fundamento dos mesmos. Este processo com a aprovação pela Câmara das Medidas Preventivas em 24/01/2022 e suspensão parcial do PDM para aquela área, inviabilizou de vez a pretensão do requerente.

A Deputada **Isilda Martins (CDS)**, sobre esta Informação teceu algumas considerações e face a toda a pressão das partes envolvidas é de louvar o que os cidadãos fizeram e tomar em mãos um assunto que deveria ter sido tomado pelo presidente da CML, não esteve e as pessoas fizeram pressão e espanta-se ouvir este texto. Resolver os assuntos pelas pessoas é o mote da CML, e o Executivo falhou aqui nas suas funções. Tomou o assunto em mãos e fez aquilo que tinha de ser feito. Está em questão é o bem-estar dos cidadãos

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, disse que em relação a esta situação, tenta-se mostrar que o PS sempre esteve ao lado das pessoas, e é fundamental que a verdade dos factos seja encaminhada no devido rigor.

Para as alegações finais, o **Presidente da Câmara**, disse ter sido desde o primeiro momento, parte ativa deste processo onde se atingiu o objetivo de resolver esta questão rapidamente de resolver este processo. A medalha é de todos, todos estivemos bem neste processo com a ajuda de todos os Grupos Municipais.

O **Presidente da Assembleia**, disse que contrariamente a algumas afirmações que foram ditas, a população não se substituiu a nenhum dos poderes existentes. Foi uma Deputada desta Assembleia que tendo ouvido uns rumores sobre o assunto, fez um pedido de informação à Câmara Municipal. A democracia não sendo um sistema perfeito continua a ser o mais perfeito. Perante a apresentação conjunta dos 2 Presidentes de Junta de Freguesia de Boliqueime e S. Sebastião, foi analisado por todas as forças partidárias na Comissão Permanente, que foram inequívocas ao expressar o seu apoio e a sua solidariedade nesta matéria para com as populações a que aquele processo avançasse. Foi feito um abaixo assinado subscrito pela população daquela zona, toda a gente fez o que tinha de fazer. Este é um bom exemplo que deve ser seguido, as populações podem e devem recorrer a esta Assembleia para tentar resolver os seus assuntos. A Moção apresentada pelos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia. O PSD apresenta uma Moção de Atualidade e Urgência a pedir as Medidas Suspensivas ao PDM e todos os partidos desta Assembleia, foram unanimes em apoiar a Proposta do PSD sobre a matéria. O Executivo desde o primeiro minuto que esteve sensibilizado para o assunto, fez o que tinha de fazer, sempre o melhor que foi o pedido de Suspensão do PDM para aquela zona. A



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Associação de Moradores está de parabéns, e este é um bom exemplo que deve ser seguido, que as pessoas quando têm problemas para resolver, devem vir a esta Assembleias expô-los, confrontar o Executivo com os seus problemas e organizar-se em associações.

O Presidente da Assembleia, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA Sílvio Cen

A 1<sup>a</sup> SECRETÁRIA Joana Conceição

O 2º SECRETÁRIO Fernando Góesino Magalhães





Assembleia Municipal de Loulé

N.º Entrada 112022  
03 / 02 / 2022

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

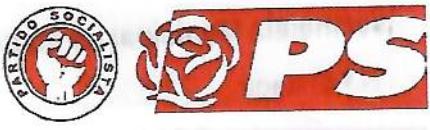
No passado dia 30 de janeiro, o Partido Socialista alcançou um resultado histórico nas eleições legislativas. Os portugueses renovaram de forma inequívoca o mandato do PS para formar um governo que promova estabilidade política no próximo ciclo de 4 anos que agora se inicia. Os resultados conferem uma grande responsabilidade na manutenção de uma governação séria e responsável, promovendo uma cultura de diálogo para a persecução de uma política de contas públicas certas, mantendo os esforços na luta contra as alterações climáticas, continuando a combater as desigualdades sociais e promovendo o investimento no país e nos seus cidadãos.

No círculo eleitoral de Faro, o PS elegeu 5 dos 9 deputados à Assembleia da República, reforçando o papel do PS como maior força política distrital. Estes deputados têm uma responsabilidade acrescida no cumprimento dos desígnios para que foram eleitos, honrando as legítimas aspirações dos algarvios num governo que potencie o desenvolvimento da região, proporcionando um futuro melhor às populações, um futuro que corresponda às suas legítimas expetativas, necessidades e preferências.

E qual o melhor modo de garantir estes desígnios? Defendemos que através do estabelecimento de canais efetivos de comunicação entre os representantes eleitos para o governo local e os agora eleitos para representação do povo na Assembleia da República, dado que muitos dos programas locais, sufragados a 26 de setembro 2021, estão refletidos no programa que o PS apresentou a estas eleições legislativas.

Tomemos Loulé como exemplo. Os louletanos conferiram ao PS, na figura do Presidente Victor Aleixo e do presidente da Assembleia Municipal Carlos Silva Gomes, um mandato assente num programa político centrado nas pessoas, com marcado pendor social, assente em eixos fundamentais focados no combate às desigualdades sociais, o direito a uma habitação condigna para todos, o estabelecimento de políticas efetivas que atuem sobre as ameaças que as alterações climáticas representam, o acesso e promoção da cultura, a promoção de um desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualificação e do emprego.

Para cumprir a nível nacional um programa de governo é contar com o apoio daqueles que melhor conhecem o território e as suas vicissitudes; é contar com o apoio do poder local. O desafio que temos perante estes 4 anos que se avizinhama é árduo e acarreta uma grande responsabilidade. O PS tem na sua matriz de governação, local e nacional, um cunho de diálogo



e respeito pela liberdade de opinião de todos, e constrói soluções ancoradas nesse diálogo. Por isso, o PS está à altura dos desafios que se avizinham no próximo ciclo político. Tal como António Costa referiu aquando confrontado com os resultados das eleições legislativas, será ele o primeiro garante de uma governação responsável e agregadora. A António Costa dizemos que pode contar com todos os portugueses e particularmente com os algarvios para lutarem pelo cumprimento de um programa de governo em que acreditamos e no qual depositamos fundadas esperanças para o país e para o Algarve.

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Loulé.

Loulé 3 de fevereiro de 2022



## VOTO DE SAUDAÇÃO

### 34º Aniversário da Elevação de Loulé a Cidade

No passado dia 1 de fevereiro de 2022, teve lugar a comemoração do 34º Aniversário da Elevação da Vila de Loulé à categoria de Cidade.

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata, atribui especial importância à efeméride, ao reconhecer Loulé enquanto Cidade de pleno direito, Cidade pela força e dinâmica das suas gentes e como referenciou Mendes Bota, "Cidade entre as Cidades".

O Dr. Mendes Bota, primeiro subscritor e autor integral do projecto de Lei nº 1/ V de 20 de Agosto de 1987, consagrado pela Assembleia da República, conseguiu de forma holística analisar e perceber o momento de evolução em que se encontrava a Vila e assim efetivar este significante e honroso propósito em nome de todos os Louletanos, permanecendo, até aos dias de hoje, uma página indissociável da História da ação Política do PSD em Loulé.

As comemorações deste 34º aniversário, ficaram também marcadas pela reconciliação e reconhecimento de antigos adversários políticos, destacando-se a justa e oportuna homenagem ao prof. Joaquim Vairinhos.

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata, vem através desta moção congratular todos os Municípios do Concelho de Loulé, pelo 34º aniversário da elevação de Loulé à categoria de Cidade.

*Loulé, 03 de fevereiro de 2022*

*O Grupo Parlamentar do PSD Loulé*





Partido Socialista | Assembleia Municipal de Loulé

Voto de congratulação homenagem a Joaquim Vairinhos

Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos nasceu no dia 17 de maio de 1944, em São Clemente (Loulé). É Licenciado em Educação na Escola Superior de Educação e pós-graduado em Gestão Ambiental, foi professor, foi coordenador pedagógico distrital, coordenador Concelhio de Educação Física em Loulé e inspetor orientador do Ministério da Educação.

Com uma atividade desportiva e associativa intensa na região do Algarve e nomeadamente na cidade de Loulé, foi um dos fundadores da Casa da Cultura e do Clube de Ténis e do Rugby Clube. Foi atleta e Presidente da Assembleia Geral do Louletano Desportos Clube de 1973 a 1975, atleta do Sport Faro e Benfica e do Sport Lisboa e Benfica nas modalidades de futebol, atletismo e rugby. Foi igualmente Presidente da Assembleia Geral da Associação de Andebol do Algarve de 1972 a 1973 e Presidente da Assembleia Geral da Associação de Futebol do Algarve em 1992. Foi Embaixador da (Cidade Europeia do Desporto)CED 2015, tendo apadrinhado, representado e apoiado o programa desportivo apresentado por Loulé ao longo do ano em que se desenvolveu a iniciativa. É ainda importante mencionar que Durante as décadas de 70, 80 e 90 do século XX, o Professor Joaquim Vairinhos teve um papel preponderante nas áreas do desporto, do movimento associativo e na promoção do concelho de Loulé, e que desempenhou importantes cargos políticos, pedagógicos e desportivos ao longo das referidas décadas, não só no concelho de Loulé, mas também na região do Algarve, deixando desta forma um considerável legado para as gerações futuras e contribuindoativamente para o prestígio e desenvolvimento do concelho.

Com uma atividade política intensa, foi presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista em Loulé, Presidente da Federação Regional do PS Algarve e membro da Comissão Política Nacional do PS.

Representou a Região do Algarve, nos anos de 1994 a 1999, no Comité das Regiões da União Europeia, e foi Deputado ao Parlamento Europeu, de 1999 a 2004.

Desempenhou funções de Vereador da Câmara Municipal de Loulé no período de 1985 a 1989 e presidente da mesma edilidade de 1989 a 2000. Durante o seu mandato, inaugurou o complexo interior das Piscinas Municipais de Loulé, em 1993, e foi o grande precursor da construção do Estádio Algarve e do Pavilhão Desportivo Municipal de Loulé, um dos maiores pavilhões da região algarvia.

Durante o seu mandato autárquico, foram construídas diversas escolas dos 2º e 3º Ciclos e a Escola Secundária Dra. Laura Ayres.

Em 2016, foi agraciado pela Câmara Municipal de Loulé com a Medalha Municipal de Mérito Grau Ouro, pelo seu papel preponderante no desenvolvimento do Concelho, na criação de infraestruturas e na projeção do nome do Município.

Por todos estes motivos o grupo Municipal do Partido Socialista propõe em Assembleia Municipal; um voto de congratulação a esta homenagem efetuada no passado dia 1 de fevereiro, nas Cerimónias de celebração do 34º Aniversário da Cidade de Loulé, saudando o executivo da Câmara Municipal, os Cidadãos, e os que, de vários setores Político/Partidários, se associaram a esta homenagem condigna, ao notável Cidadão Louletano Joaquim Vairinhos, atribuindo o seu nome ao Pavilhão Desportivo Municipal cuja concretização só foi possível com o seu empenho e determinação.

Loulé, 7 de Fevereiro de 2022

## MOÇÃO

### Pela Salvaguarda, Conservação, Memória e Classificação do Estaleiro Naval do Mestre Casinha

Durante décadas a Praia de Quarteira, tem vindo afirmar-se enquanto a Grande Praia do Algarve, no entanto, o principal núcleo urbano da freguesia passou paulatinamente por um processo de descaracterização arquitectónica e urbanística devido à pressão imobiliária motivada pelo fenómeno do Turismo massificado. Essa realidade fez com que habitações inseridas na tradicional arquitectura algarvia fossem desaparecendo, os locais de interesse (poucos) não foram devidamente potencializados e até as referências e marcos históricos aludem na sua grande maioria ao povo de Quarteira enquanto sujeito ativo na construção da identidade Quarteirense, a qual consideramos inegável, mas esquecendo personalidades fundamentais que pela sua peculiar ação contribuíram para a evolução de Quarteira.

Assim sendo, devemos mencionar José da Casinha Correia (anexo 1), comumente conhecido por “Mestre Casinha” ou “Casinhas”, nasceu a 28 de Abril de 1920, em S. Clemente, Loulé, tendo vindo a falecer no dia 9 de Maio de 2006 com 86 anos. Inicia em Quarteira a sua atividade em torno da construção de carros de besta, numa altura em que o Estaleiro (anexo 2) funcionava enquanto Serração, levando a cabo corte de madeiras, venda de pregos, estopa e manufactura de caixas para transporte de peixe, função essa que perdurou ao longo de grande parte da sua existência, tendo progredido para a construção de embarcações de pesca (informações provenientes de testemunhos orais).

Terá iniciado esta atividade em meados dos anos 40, por altura em que foi isento de todo o serviço militar, pelo Distrito de Recrutamento e Mobilização nº 4, possivelmente pela sua função enquanto calafate ou pela sua notória falta de vista que o iria acompanhar e intensificar nos últimos anos da sua vida. Um livro de apontamentos com entrada inicial em 26 de Setembro de 1945, atesta a função desse espaço, leia-se: “A quilha de Manuel Carapeto posta no estaleiro no sábado”.

Em outro registo, datado de 3 de Setembro de 1948, o próprio já se considerava da seguinte forma: “José da Casinha Correia, Construtor naval de Quarteira”. Sabemos que em 17 de Março de 1958, na sua Cédula de Inscrição Marítima, surge a sua ocupação enquanto calafate e a 17 de Julho de 1963, dá entrada a sua inscrição enquanto sócio efectivo no Sindicato dos Carpinteiros Navais, Calafates e Ofícios Correlativos do Distrito e Porto de Lisboa.



Sempre procurando inovar, já nos anos 50/60, procurava revistas estrangeiras relacionadas com construção naval, a fim de se colocar a par das mais recentes modas e inovações. Pensamento esse que o levou a construir uma embarcação (anexo 3) considerada inovadora para a época, à vela e a motor fixo, para a utilização das recentes redes de nylon, tal como vem mencionado no Jornal a Voz de Loulé, datado de 13 de Agosto de 1959, "Novo Sistema para a Pesca na Praia de Quarteira"(anexo 4).

Para diversas gerações de jovens Quarteirenses existiam somente duas opções: trabalhar no Estaleiro do Mestre Casinha (anexo 2), no transporte de pinheiros para a serração, pregar caixas e outros serviços ou trabalhar nas lides do Mar. Sob a égide do Mestre Casinha, o Estaleiro preconizou uma autêntica escola de vida para muitos jovens, numa altura em que existiam poucas oportunidades numa humilde mas laboriosa aldeia de Quarteira.

Ressalvamos as austeras características dos edifícios que compõem o conjunto arquitectónico do estaleiro, possuindo uma parte reservada ao gabinete, secretaria e venda de tintas, óleos, uma área de serralharia onde ainda é possível observar as sapatas, poços e as estruturas de apoio das serras utilizadas para cortar as madeiras, a existência de outra zona com tanques de água usados para inchar as madeiras, adiante um local com tecto alto onde existem duas cabines que eram utilizadas para guardar parafusos, pregos, ferramentas, uma zona de oficina e telheiro, por fim o espaço habitacional com pátio, diversos quartos e 1º andar.

Há que assinalar que estamos perante um exemplar quase único em todo o território nacional e Concelho de Loulé, inserido na tipologia do Património Cultural Industrial. É importante mencionar que este espaço se encontra dentro da ARU - Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Quarteira (anexo 5), juntamente, com aquele que se pode considerar um "Quarteirão Cultural" ligado ao Mar e às Pescas, em que se inserem as tabernas da Ti Cidália e da Ti Máxima e o atual edifício da Lota antiga onde está patente a exposição dos "6 mil anos da História de Quarteira" e sem esquecer a máquina de gelo da proprietária Luisa Pontes. Ressalvar também o potencial polivalente do espaço que pode ser utilizado para a realização de atividades culturais diversas.

A salvaguarda, conservação, memória e classificação do Estaleiro do Mestre Casinha, possui o potencial agregador e justificativo da criação de um verdadeiro espaço museológico a céu aberto, sobre as dinâmicas da construção Naval, do Mar e da Pesca na localidade. Uma verdadeira amostra recreativa e expositiva das dinâmicas Históricas e Culturais de Quarteira.

A bancada do Grupo Municipal do PSD, considera a aquisição do Estaleiro por parte da Câmara Municipal de Loulé, enquanto um passo importante para o início do processo de salvaguarda de um património valioso, com potencial de criar valor cultural e respetiva elevação de figuras Históricas importantes para o desenvolvimento de Quarteira, tal como foi José da Casinha



Correia. Embora o Executivo Camarário até ao presente não tenha sido esclarecedor face às suas propostas para o edifício do Estaleiro Naval, o Grupo Municipal do PSD Loulé, propõe à Assembleia Municipal de Loulé a prossecução dos seguintes passos que esta moção apresenta:

- 1- Classificação do Estaleiro enquanto Imóvel de Interesse Municipal.
- 2- Homenagem do Município à memória e pessoa do Mestre Casinha, com atribuição de Grau a definir pela Autarquia e atribuição toponímica nas proximidades do Estaleiro Naval.
- 3- Criação da Comissão para salvaguarda, conservação e musealização do Estaleiro do Mestre Casinha e Pólo Histórico-Cultural do Mar e das Pescas.

*Loulé, 03 de fevereiro de 2022*

*O Grupo Parlamentar do PSD Loulé*

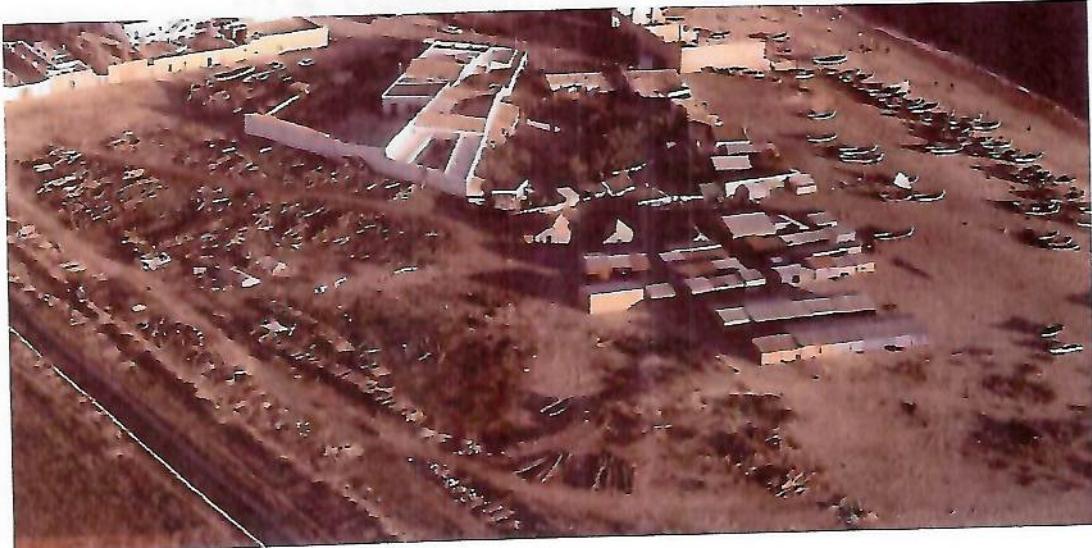
*\* que recomenda à Câmara Municipal ...*

# Anexos

(Anexo 1) - José da Casinha Correia, 30 anos de idade e 70 anos de idade.



(Anexo 2) Legenda: Estaleiro do Mestre Casinha, anos 60/70.



(Anexo 3) - Embarcação Glória a Deus de Manuel Cucu.





(Anexo 4) - Jornal a Voz de Loulé, 13 de Agosto de 1959.

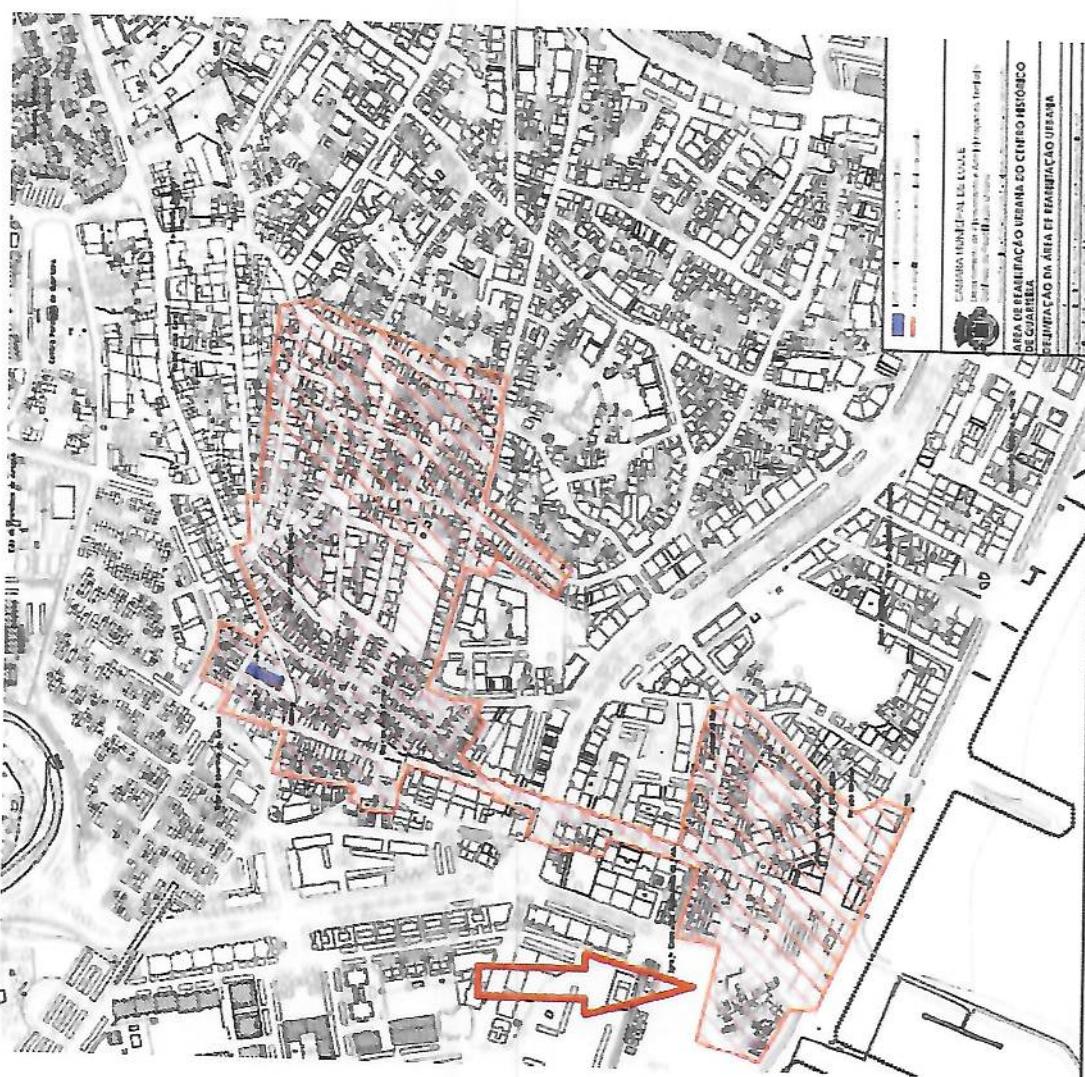
## Novo sistema para a pesca na Praia de Quarteira

No Estaleiro Naval de Quarteira, de que é proprietário o sr. José Casinha Correia, foi construído um barco à vela e a motor, destinado à pesca com redes de nylon, com 5 homens de tripulação.

É o primeiro barco do género que fica existindo naquele importante centro piscatório, tendo o seu custo orçado por 67.000\$00 e sendo de cerca de 30 o valor dos cabos e redes. É pertença do marítimo sr. Manuel dos Ramos Cuco e espera-se com ele, que constituiu uma autêntica inovação no mesmo centro, contribuir para o desenvolvimento da pesca, não só sob o ponto de vista técnico, como abrindo caminho para um sistema mais progressivo da sua prática. Como é sabido, até ao presente, só se utilizavam ali barcos que tinham a vela e o remo, como único sistema de locomoção.

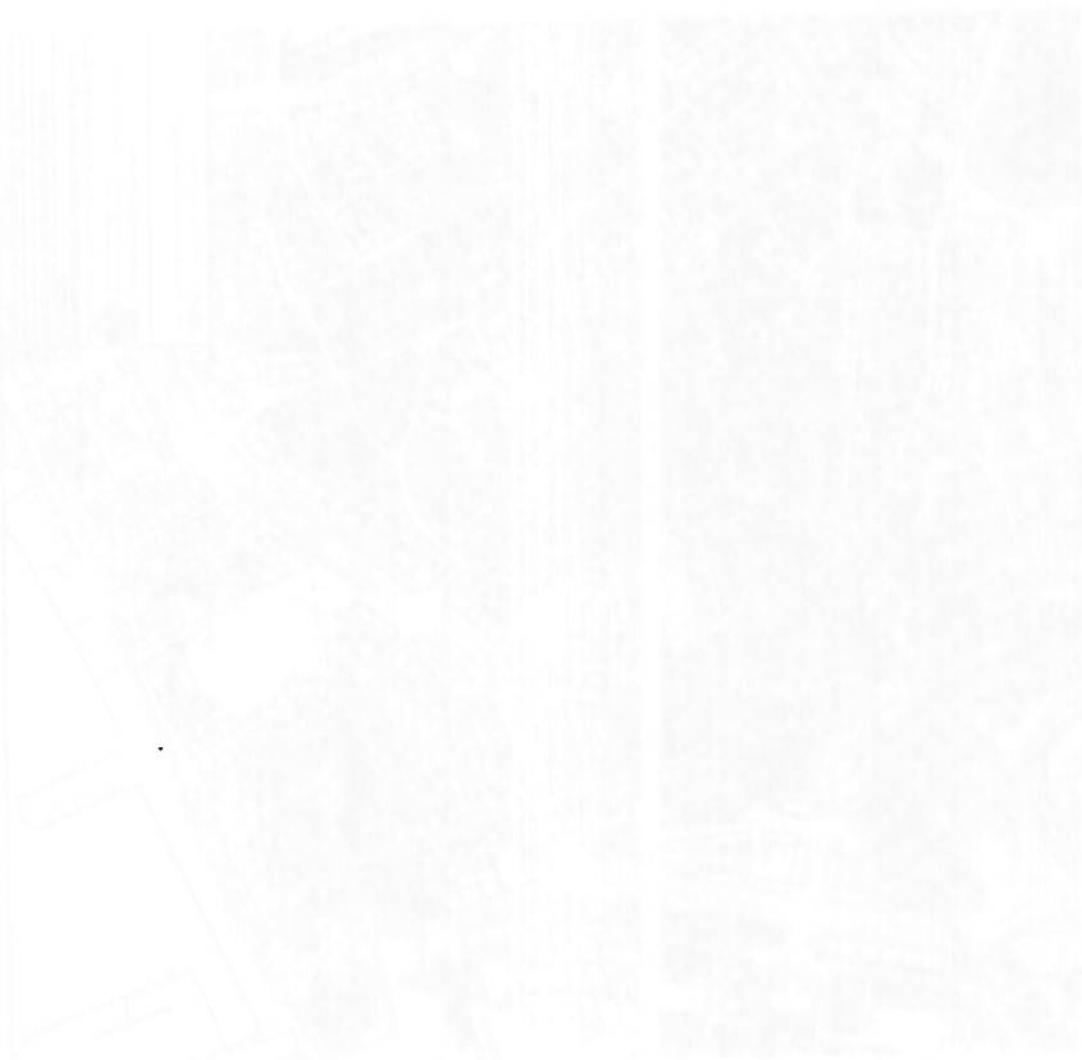


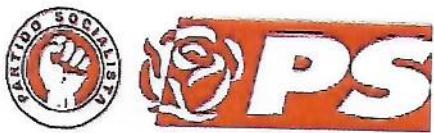
(Anexo 5) - ARU - Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Quarteira.



गणी  
५,००० रुपये

प्राप्ति का संकेतन करता है। अधिकारी का नाम - श्रीमद्भव विजय





## Declaração de VOTO

Considerando que na Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, "Pela Salvaguarda, Conservação, Memória e Classificação do Estaleiro Naval do Mestre Casinha", a sugestão do GM do Partido Socialista, para alterar o texto da Moção de PROPOSTA para RECOMENDAÇÃO não foi aceite.

Considerando que aquele espaço está inserido numa zona urbana a requalificar; Largo das Cortes Reais , Porto Pesca, Edifício NOVO do Mercado Municipal, pelo que tem de ser devidamente ponderado o Estudo de Conjunto.

Concordamos, no entanto, com a prestação de uma homenagem do Município de Loulé à Memória e Pessoa do Mestre José da Casinha Correia e a atribuição Toponímica a uma artéria nas proximidades do Antigo Estaleiro Naval.

Pelo que face aos considerandos acima descritos, o Grupo Municipal do Partido Socialista, se ABSTEVE

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Loulé.

Loulé 7 de fevereiro de 2022





## Voto de saudação pela comemoração do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto.

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu, em 2005, através da resolução 60/7, o dia 27 de janeiro, data da libertação, em 1945, do campo de concentração Auschwitz-Birkenau, como o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto.

Este ano, sob o tema “**Memória, Dignidade e Justiça**”, a ONU aponta a educação sobre o Holocausto como um imperativo global para a terceira década do Século XXI, educação para relembrar, para dignificar e fazer justiça às vítimas que “os perpetradores quiseram apagar da História”, os cerca de 11 milhões de homens, mulheres e crianças assassinados pelo regime nazi, naquele que foi o maior programa organizado e sistemático de extermínio de que há memória, extermínio em massa, genocídio, Holocausto. Destas 11 milhões de vítimas, 6 milhões eram judeus (a população judaica europeia em 1933 era de 9 milhões de pessoas), cerca de quinhentos mil eram ciganos e 1 milhão e meio eram crianças. Vale a pena refletir sobre estes números e não esquecer que por de trás deles estavam pessoas, judeus, comunistas, ciganos, homossexuais, deficientes físicos e mentais ou opositores ao regime que foram sistematicamente perseguidos, torturados, que foram cobaias “científicas da eugenia”, que foram massacrados num holocausto que começou com “palavras” .

Esta tragédia e este crime contra a humanidade não podem nem devem abandonar a memória humana, deve antes ser lembrada, ensinada, para compreender as suas circunstâncias históricas, a sua abrangência, a sua dimensão, os motivos e a forma como aconteceu, porque como refere Kathrin Meyer, da International Holocaust Remembrance Alliance (IHRA): “Aconteceu uma vez. Não deveria ter acontecido, mas aconteceu. Não deve acontecer outra vez, mas pode acontecer. É por isso que a Educação sobre o Holocausto é fundamental.”

É importante que ao nível local, se trabalhe a memória do Holocausto, nesse sentido lembramos e louvamos que o Município de Loulé desde 2018 tem vindo a realizar trabalho para que as gerações atuais não esqueçam este crime contra a Humanidade. Em parceria com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa realizou uma exposição e projeto educativo “Trabalhadores forçados portugueses no III Reich e os Louletanos no sistema concentracionário nazi”, com a qual ganhou uma Menção Honrosa na 1ª edição do Prémio Autárquico “Aristides de Sousa Mendes e outros salvadores portugueses - Holocausto, valores universais, humanismo e justiça”. na categoria “Modelar o futuro sobre memórias e experiências vivas”, com o



trabalho de carácter pedagógico desenvolvido com a Escola Secundária de Loulé. Este projeto levou um grupo de 50 alunos da Escola Secundária de Loulé, em 2019, ao campo de concentração de Mauthausen participando na cerimónia do Dia Da Libertação do Campo.

Para terminar, dizer que cabe a todos nós, enquanto cidadãos, enquanto atores políticos lutar para que não volte a acontecer, alertando para os perigos do populismo, da demagogia, do nefasto poder da propaganda do ódio, da intolerância. Cabe-nos a nós em vez de dividir, unir, numa memória e destino coletivos!

A Assembleia Municipal de Loulé, reunida a 7 de fevereiro de 2022, evoca esta tragédia, no septuagésimo sétimo aniversário do fim deste horror, honrando a memória dos milhões de vítimas inocentes com um minuto de silêncio em sua memória.

Pelo Partido Socialista

Loulé, 07 de fevereiro de 2022

##### **Moção 5 - Moção pela memória das vítimas do holocausto**

É nosso dever recordar este período negro da História da Humanidade, ocorrido durante a II Guerra Mundial, para que nunca mais ocorram semelhantes manifestações de racismo, de xenofobia e de antisemitismo, que contrariam os valores da tolerância, da não discriminação, do respeito mútuo e da diversidade, que devem caracterizar as nossas identidades nacional, europeia e universal.

Evocamos, sem exceção, todas as vítimas do Holocausto - os judeus, os ciganos, os homossexuais, os opositores ao regime, os doentes incuráveis e as pessoas com deficiência - mas também celebramos a coragem daqueles que escolheram fazer o que estava certo, independentemente das consequências, como Aristides de Sousa Mendes, Carlos Sampaio Garrido, o Padre Joaquim Carreira, José Brito-Mendes, já declarados "Justos entre as Nações", ou Alberto Carlos de Liz-Teixeira Branquinho, todos eles responsáveis pela salvação de milhares de judeus.

